



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI Nº 1.481, DE 16 DE JUNHO DE 2020

**REESTRUTURA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY, Estado do Espírito Santo, por meio do Chefe do Poder Executivo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. Reestrutura a Guarda Civil Municipal (GCM), corporação uniformizada, armada e equipada do Município de Presidente Kennedy.

Art. 2º. São princípios mínimos de atuação da Guarda Civil Municipal:

- I** - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II** - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III** - patrulhamento preventivo;
- IV** - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V** - uso progressivo da força.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DA CGM

Art. 3º. A Guarda Civil Municipal exercerá suas atividades em toda a extensão do território do Município, cumprindo as leis e assegurando o exercício de poderes constituídos no âmbito de suas competências cabendo-lhe, ainda:

- I** - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II** - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme Plano Diretor Municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de eventos e na proteção de autoridades e dignitários;



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

XIX - outras atividades correlatas.

§ 1º. No exercício de suas competências, a Guarda Civil Municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, poderá a Guarda prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

§ 2º. Fica autorizada a realização de consórcio público recíproco com Municípios limítrofes para os serviços da Guarda Civil Municipais de maneira compartilhada.

§ 3º. Para concretizar o objetivo do inciso XVIII deste artigo poderá ser regulamentado a instituição do projeto de Guarda Mirim Municipal a fim de incentivar a cultura da segurança pública no Município.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Art. 4º. A organização operacional e técnica da Guarda Civil Municipal (GCM) tem por princípio a hierarquia e a disciplina e será composta por:

- I** - Comandante;
- II** - Corregedor;
- III** - Ouvidor;
- IV** - Inspetores;
- V** - Guardas Civis Municipais.

§ 1º. A função de Comandante da GCM será exercida por profissional efetivo da Guarda Civil Municipal, remunerado na forma do Anexo I desta lei, preferencialmente graduado ou com especialização em segurança pública, e terá as seguintes atribuições:

- I** - monitorar as necessidades das comunidades quanto à segurança pública;
- II** - colaborar com o Secretário Municipal na implementação do sistema de segurança pública;



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

III - prestar suporte administrativo e operacional à Guarda Civil Municipal;

IV - outras atividades correlatas.

§ 2º. A função de Corregedor da GCM será exercida por servidor efetivo da Guarda Civil Municipal de nível superior, preferencialmente graduado em Direito ou com especialização em segurança pública, para exercer o controle interno e apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.

§ 3º. A função de Ouvidor da GCM será exercida por profissional efetivo de carreira da Guarda Civil Municipal de nível superior, preferencialmente Direito ou especialização em segurança pública, para exercer o controle externo e receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

§ 4º. A função de Inspetor será exercida na proporção de 10% dos cargos de carreira da Guarda Civil Municipal, atuando como elo entre as respectivas chefias e subordinados, devendo ser remunerada na forma do Anexo I desta lei.

§ 5º. O Guarda Civil Municipal é o servidor público integrado para o exercício das funções descritas no art. 3º desta lei, atendendo a necessidade do Município.

§ 6º. O corregedor e ouvidor terão mandato cuja perda será decidida pela maioria absoluta da Câmara Municipal, fundada em razão relevante e específica prevista em lei.

Art. 5º. O efetivo da Guarda Civil Municipal será definido observado os seguintes critérios:

I - não será superior a 0,4% (quatro décimos por cento) da população;

II - reservado o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) para o sexo feminino em todos os níveis da carreira da Guarda Civil Municipal;

Parágrafo único. O contingente da Guarda Civil Municipal poderá ser ampliado durante os períodos de população flutuante ocasionados pelas necessidades advindas da estação de veraneio.

Art. 6º. São requisitos básicos para investidura em cargo público de Guarda Civil Municipal:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível médio completo de escolaridade;



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY ESTADO DO ESPIRITO SANTO

- V** - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI** - aptidão física, mental e psicológica;
- VII** - avaliação toxicológica negativa;
- VIII** - habilitação categoria A-B regular com o Departamento Nacional de Trânsito;
- IX** - investigação social em que comprove idoneidade moral e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital;
- X** - concurso público para Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. Antes da entrada em exercício das funções o candidato deverá ser aprovado em curso de formação, a ser ministrado sob a responsabilidade do Município.

Art. 7º. O concurso público para provimento dos cargos da classe inicial de Guarda Civil Municipal será realizado em fases eliminatórias:

- I** - a primeira de provas ou provas e títulos;
- II** - a segunda de avaliação de física, mental, psicológica e toxicológica;
- III** - a terceira de investigação social em que comprove idoneidade moral e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.
- IV** - a quarta de habilitação técnica mediante avaliação de frequência e aproveitamento no curso intensivo de formação.

§ 1º. O candidato será eliminado do curso desde que:

- I** - Não atinja o mínimo de frequência estabelecida em 70% (setenta por cento);
- II** - Não revele aproveitamento satisfatório;
- III** - Não atinja a capacitação física necessária para o cargo no curso de formação;
- IV** - Não tenha conduta irrepreensível na vida pública ou privada;

§ 2º. Os critérios para apuração das condições dos incisos deste artigo serão fixados em regulamento próprio.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO

Art. 8º. A Guarda Civil Municipal está sujeita ao regime jurídico único em vigor para os servidores públicos municipais, submetendo-se especificamente as normas previstas no Regimento Interno da Corporação.



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Art. 9º. A Guarda Civil Municipal atuará em turnos diurnos e noturnos de acordo com a legislação específica, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, podendo ser exercida as seguintes escalas de serviços:

- I -** 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas;
- II -** 24 (vinte e quatro) por 72 (setenta e duas) horas;
- III -** patrulhamento ostensivo (PO) de 06 horas diárias ininterruptas;

Art. 10. A Gratificação por Atividade de Risco de Vida, destinada aos servidores públicos em efetiva atividade operacional na área de segurança pública, num percentual entre 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento), a ser calculado sobre o vencimento padrão do servidor, em conformidade com os critérios a serem estabelecidos pela SEMSEG – Secretaria Municipal de Segurança Pública.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 11. A Guarda Civil Municipal de Presidente Kennedy poderá ser aparelhada com arma de fogo.

§ 1º. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

§ 2º. A arma de fogo ficará acautelada ao Guarda Civil Municipal durante o trabalho e nas suas folgas para sua proteção, de sua família e de terceiros.

Art. 12. Poderá o Guarda Civil Municipal de Presidente Kennedy ser condecorado por prêmio por bravura de acordo com artigo 194 da Lei Complementar nº. 003/2009, definido em regulamento.

Art. 13. O integrante da carreira de Guarda Civil Municipal deverá qualificar-se, aperfeiçoar-se e especializar-se na área própria de sua carreira, objetivando a capacitação permanente através de programas de formação e aperfeiçoamento de caráter obrigatório e desenvolvimento continuado.

Art. 14. O Guarda Civil Municipal estará subordinado aos regulamentos disciplinares da Corregedoria da GCM, aplicando-lhe, no que couber, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 15. O Guarda Civil Municipal que for indiciado por autoridade policial pela prática de crime, deverá ser de imediato afastado do desempenho das atribuições próprias do cargo, a critério do Corregedor, com a finalidade exclusiva de proteção ao interesse público.



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Decreto do Chefe do Poder Executivo definirá o Regimento Interno, o Regulamento Disciplinar e os demais atos necessários à execução da presente lei.

Art. 17. A Lei nº. 806, de 04 de fevereiro de 2009, e suas alterações, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51.

I - Guarda Civil Municipal (NR)

a) Comando da Guarda Civil Municipal (NR)

b) Corregedoria da Guarda Civil Municipal (GCM); (NR)

c) Ouvidoria da Guarda Civil Municipal (GCM); (NR)

II - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC); (NR)

III - Departamento de Operação e Fiscalização de Trânsito.

IV - Departamento Administrativo; (NR)

§ 1º. As funções de Corregedor e Ouvidor serão exercidas por Guardas Civis Municipais na forma da lei específica. (NR)

§ 2º. A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é gerida na forma da Lei nº. 590, de 25 de junho de 2003, e/ou alterações. (NR)

Art. 18. Extingue os cargos de Comandante e Corregedor da Guarda Municipal descritos no Anexo I e II da Lei nº 806/2009.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 811, de 1º de abril de 2009.

Presidente Kennedy/ES, 16 de junho de 2020.


DORLEI FONTÃO DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Certidão
Certifico que Lei nº 1481-2020
Foi publicado na forma do art. 68 da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela emenda nº 007, de 20/02/2020.
Data: 24/06/2020
Servidor: KL

CERTIDÃO
Lei nº 1.481-2020
Publicada na forma do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 007, de 20/02/2020.
Em: 24/06/2020
Servidor: [assinatura]

PROTÓCOLO CAMARA P.M.
Nº 001361/2020
24/06/2020 - 10:28:30
PREFEITURA MUN. PRES. KENNEDY-ES
Lei nº 1.481, de 16 de junho de 2020



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXO I

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS ESPECÍFICAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

FUNÇÃO GRATIFICADA	REFERÊNCIA	VALOR / R\$	QUANTITATIVO
Comandante	FG1-GCM	2.050,00	01
Corregedor	FG1-GCM	1.670,00	01
Ouvidor	FG2-GCM	760,00	01
Inspetor	FG3-GCM	760,00	Na forma do art. 4º, §4º desta lei.



MUNICIPIO DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANEXO II

ORGANOGRAMA DA SEMSEG

